



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2005

Acta n.º 3

Ao vigésimo primeiro dia do mês de Novembro do ano de dois mil e cinco, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de catorze de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Eleição dos membros da Assembleia Metropolitana do Algarve; --

PONTO SEGUNDO: Eleição de um Presidente de junta de freguesia que, em representação de todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, participará no XV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses agendado para os dias 9 e 10 de Dezembro de 2005 no Centro de Congressos da Alfândega do Porto; -----

PONTO TERCEIRO: Eleição de um presidente de Junta de freguesia para representação do Município na instalação da Assembleia Distrital de Faro; -----

PONTO QUARTO: Eleição de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2005 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento das Piscinas Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia inicia a sessão. -----

Presidente da Assembleia - temos uma ordem do dia, onde o primeiro ponto é a eleição dos membros da Assembleia Metropolitana do Algarve. Portanto, nesta eleição apenas poderão participar os membros eleitos, ou seja, os Senhores Presidentes de Junta não votam, podem estar presentes mas não votam. -----

Não sei se já conhecem as listas: LISTA A - Partido Socialista e Partido Social

Democrata; LISTA B - CDU; LISTA C - Bloco de Esquerda Algarve. Temos aqui algumas cópias para distribuir pelos presentes, Entretanto vamos proceder à chamada. O Primeiro Secretário, José Sequeira, faz a chamada. -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira de Oliveira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

FALTAS: Carlos Duarte Vieira Gabriel, Vítor José Correia Maria Vieira, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, o Presidente da Junta de Freguesia da Guia, José Cabrita e o Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto Palma. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Carlos Gabriel, Vítor Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Filipa Pífar, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Sílvia Duarte Correia da Rosa, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Ana Luísa Sousa Simões e Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Guia, José Cabrita, fez-se representar pelo Secretário, Joaquim Manuel Correia Vieira e o Presidente da Freguesia de Olhos d'Água, Berto Palma, fez-se representar pelo Secretário Joaquim Manuel dos Ramos Sampaio. -----

Havendo quórum (vinte e seis presenças), o Presidente da Assembleia Municipal inicia a sessão. -----

O Presidente da Assembleia, convida o membro Ricardo Silva para integrar a Mesa, em substituição do Segundo Secretário, Maria Eugénia Baptista. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Eleição dos membros da Assembleia Metropolitana do Algarve; -----
Os boletins de voto são distribuídos. -----

Presidente da Assembleia - A LISTA A é do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, portanto, quem quiser votar na "A" escreve um A; A LISTA B é lista da CDU, quem quiser votar na "B" escreve um B; a LISTA C é a do Bloco de Esquerda, portanto, quem quiser votar nela, terá de escrever um C. -----

Depois de feita a chamada dos membros para votação por escrutínio secreto e de contados os votos, o Presidente da Assembleia divulga o resultado da eleição: -----

VOTAÇÃO: -----

LISTA A - vinte votos (20); -----

LISTA B - um voto (1); -----

LISTA C - zero votos (0); -----

Em branco - Zero votos (0); -----

Nulos - Zero votos (0); -----

Abstenções - Zero votos (0); -----

N.º de votos - Vinte e um (21); -----

N.º de Eleitores - Vinte e um (21); -----

PONTO SEGUNDO

Eleição de um Presidente de junta de freguesia que, em representação de todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, participará no XV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses agendado para os dias 9 e 10 de Dezembro de 2005 no Centro de Congressos da Alfândega do Porto; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Fernando Neves - Não há período de intervenção dos membros? -----

Presidente da Assembleia - Não, hoje é extraordinária. -----

Fernando Neves - Então o público vai falar no fim. Há aqui qualquer coisa que não bate certo. -----

Presidente da Assembleia - Eu percebo o seu reparo. Nós fizemos assim, dado que nos indicaram da Assembleia Metropolitana, que tínhamos de iniciar a votação às 21.00 horas. Foi o único motivo, nem sequer de mim, lavra. Aliás, é o meu entendimento, claro, que nas Assembleias Extraordinárias e, nem é do entendimento de todos, não deverá sequer haver período para o público, eu acho que sim, mas não é uma questão pertinente. De qualquer forma não está público nenhum, mas se há alguém que queira falar? Ninguém quer falar. De qualquer maneira, entendo que o público tem o direito a falar. -----

Fernando Neves - O que é certo é que na convocatória diz, depois da ordem do dia. ----

Presidente da Assembleia - Certo e pode ser feito. A lei não especifica se tem de ser antes ou depois; diz é que deve ser concedido ao público um período que não exceda uma hora nas Assembleias e, há quem entenda que é só nas ordinárias, porque as extraordinárias são expressamente para os pontos para que foram convocadas. Eu aí, tenho alguma dúvida, acho que o público deve intervir. -----

Depois de dadas as explicações, o Presidente da Assembleia passa a palavra aos membros, para intervirem sobre o ponto já apresentado. -----

Paulo Freitas - O partido Social Democrata vai apresentar uma proposta de candidatura relativamente a este ponto (doc.1) - PROPOSTA A. -----







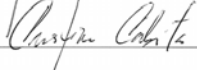
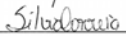
PROPOSTA

A


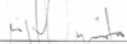






Assembleia Extraordinária de 21 de Novembro de 2005
Ponto n.º 2 da ordem do dia

Os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira eleitos pelo **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**, com vista à eleição de um presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Albufeira no XV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, agendado para os dias 09 e 10 de Dezembro do presente ano, propõe, para o efeito, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira – Helder de Sousa.

Albufeira, 21 de Novembro de 2005

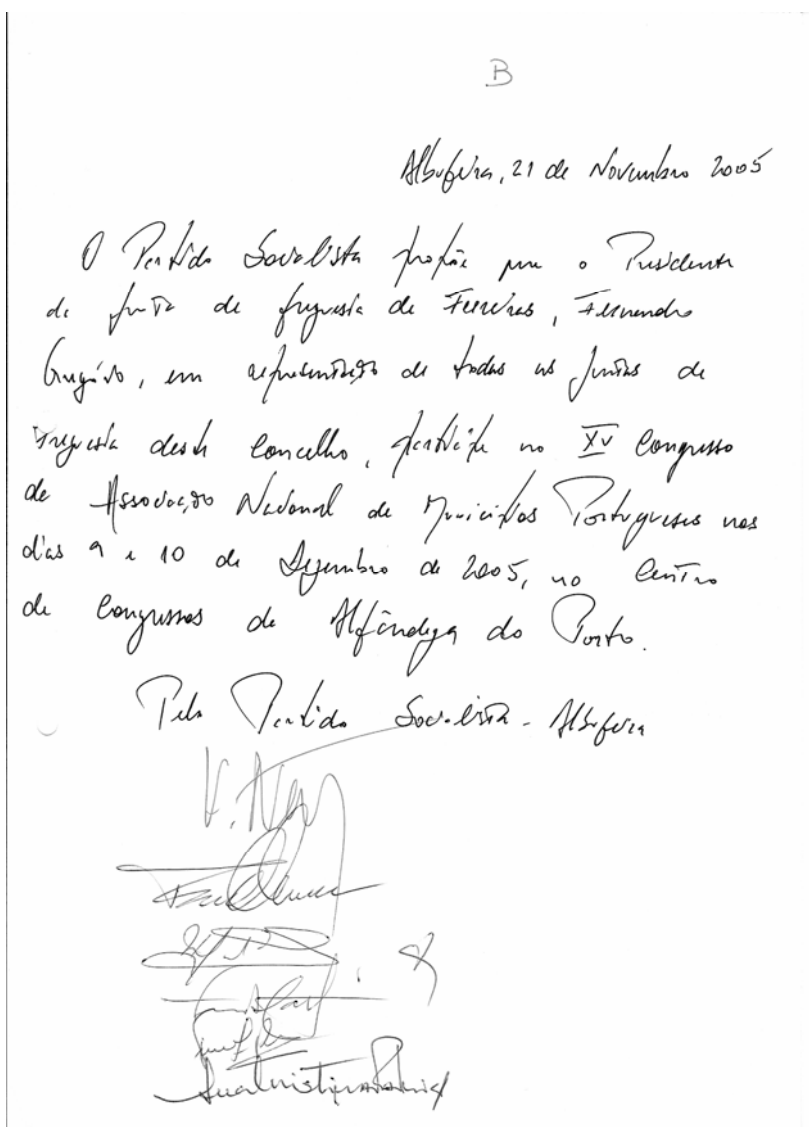









1

2

Francisco Oliveira - Apresenta proposta (doc.2) - PROPOSTA B. -----



Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passa à votação, feita por escrutínio secreto. -----

Contados os votos, o resultado foi: -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA A - Quinze votos (15); -----

PROPOSTA B - Dez votos (10); -----

Em branco - Um voto (1); -----

Eleito o Presidente de Junta de Freguesia de Albufeira, Helder Sousa, para representar todas as Juntas de Freguesia do Concelho, no XV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

PONTO TERCEIRO

Eleição de um presidente de Junta de freguesia para representação do Município na instalação da Assembleia Distrital de Faro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Paulo Freitas - Apresenta proposta (doc.3) - PROPOSTA A. -----

PROPOSTA A

Assembleia Extraordinária de 21 de Novembro de 2005

Ponto n.º 3 da ordem do dia

Os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira eleitos pelo **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**, com vista à eleição de um presidente de Junta de Freguesia, para representação do município de Albufeira na instalação da Assembleia Distrital de Faro, propõem, para o efeito, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira – Hélder de Sousa.

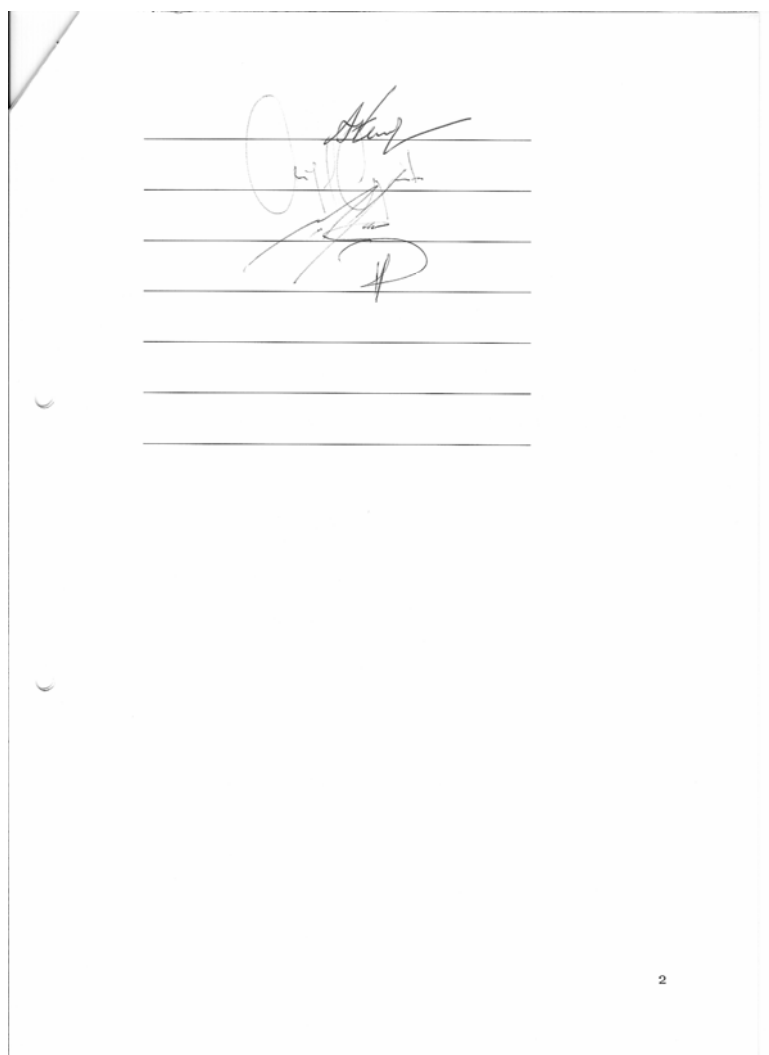
Albufeira, 21 de Novembro de 2005









Francisco Oliveira - Apresenta proposta (doc.4) - PROPOSTA B. -----

B

Albufeira, 21 de Novembro de 2005

O Partido Socialista propõe para o Presidente da Junta de freguesia de Freguesia, Fernando Gregório, em representação do Município, participar na instalação da Assembleia Distrital de Faro.

Pelo Partido Socialista - Albufeira

V. N. N.
 [Handwritten signatures and stamps]

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passa à votação, feita por escrutínio secreto. -----

Contados os votos, o resultado foi: -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA A - Quinze votos (15); -----

PROPOSTA B - Dez votos (10); -----

Em branco - Um voto (1); -----

Eleito o Presidente de Junta de Freguesia de Albufeira, Helder Sousa, para representar o Município na instalação da Assembleia Distrital de Faro. -----

PONTO QUARTO

Eleição de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

PROPOSTA A

Assembleia Extraordinária de 21 de Novembro de 2005
Ponto n.º 4 da ordem do dia

Os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira eleitos pelo **Partido Social Democrata**, com referência ao ponto quatro da ordem do dia, propõem como representante desta Assembleia na Comissão Municipal de Toponímia, o Membro Vítor Vieira.

Albufeira, 21 de Novembro de 2005
















B

Albufeira, 24 de novembro 2005

O Partido Socialista propõe para representante
de Assembleia Municipal ^{da Comissão Municipal} de Toponímia o Arg.
Pedro Frazão.

Pelo Partido Socialista - Albufeira

Handwritten signatures of the PS party members in Albufeira, including names like António, António, and António.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passa à votação, feita por escrutínio secreto. -----

Contados os votos, o resultado foi: -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA A - Quinze votos (15); -----

PROPOSTA B - Dez votos (10); -----

Em branco - Um voto (1); -----

Eleito o membro Vítor Vieira, para representar a Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Fernando Neves - É para ver se eu desfaço a dúvida que tenho sobre este problema, daquilo que ouvi da DECO. A DECO diz que, salvo o erro, a empresa exploradora é que tem o direito de fazer o pagamento desta taxa. Já no ano passado, este assunto veio aqui á Assembleia Municipal e aprovou-se a proposta da câmara de 0 %, mas, há aqui uma questão que eu gostava de saber. Ao não exigir à PT Comunicações o pagamento desta taxa, que a DECO disse que eles têm de pagar, será que a Câmara não estará a ser prejudicada? Será que a Câmara não terá de cobrar à PT esta taxa? É esta dúvida que eu tenho, relativamente ao que ouvi da DECO. Se for assim, gostava de saber o porquê da Câmara não estar a cobrar esta taxa à PT? Também não sei se será assim! Penso que o Presidente da Câmara possa me dar uma resposta. -----

Presidente da Câmara - É tão simples quanto isto: como a legislação está feita, vem penalizar o consumidor final e portanto, qualquer taxa aplicada tem de ser de regulamento e esse regulamento diz claramente que a factura é debitada ao consumidor final. Qualquer factura que seja emitida, tem de ser com base nesta legislação, portanto, a penalização do consumidor é evidente. O que nós estamos a fazer é no âmbito da ANMP, pressionar o legislador, com o objectivo de que seja a PT e outras identidades a pagar a taxa e não o consumidor final. -----

Fernando Neves - Fico sem perceber, como é que a DECO, um organismo responsável, faz essa afirmação, que a PT tem de pagar essa taxa cobrada pela Câmara Municipal. Não entendo. A DECO insistiu neste ponto. Isto é só no sentido de saber se a Câmara não estará a ser prejudicada em relação a essa taxa. -----

Presidente da Câmara - Acha que se fosse a PT ou outro organismo a ter que pagar, vínhamos com uma proposta de 0% de taxa? -----

Francisco Oliveira - Na sequência do Sr. Presidente da Câmara e no sentido de não agravar mais o que são os impostos e taxas municipais relativamente aos contribuintes, o PS entende que, seja por via de fazer repercutir directa ou indirectamente nas respectivas facturas, independentemente da interpretação que esteja aqui em causa, entende de facto que deve ser aprovada a taxa de 0%; no sentido de, mais uma vez, não agravar a carga fiscal de todas as contribuições dos munícipes. -----

Fernando Neves - Também sou a favor da taxa de 0%, naturalmente que não iria subcarregar o munícipe com mais uma taxa. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: Zero (0) -----

Abstenções: Zero (0) -----

Votos a favor: Vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Sílvia Rosa, Ana Patrício, Miguel

Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Ana Simões, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, Joaquim Vieira, Joaquim Sampaio e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----



PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2005 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Fernando Neves - Entrega á Mesa uma proposta (doc.7). -----

O Segundo Secretário, Ricardo Silva, lê o documento apresentado pela CDU - PROPOSTA B. -----



B

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV

Proposta

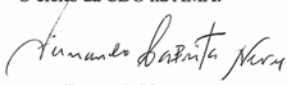
Relativamente ao IMI (Imposto sobre Imóveis) deliberou a Assembleia Municipal, em Dezembro de 2003, para aplicação nesse mesmo ano, a fixação desta mesma taxa em 0,7%. Em Novembro de 2004, a mesma assembleia fixou de novo a taxa em 0,7%, para aplicação nesse mesmo ano.

Em ambos os casos a proposta do eleito da CDU fixava-se numa taxa de 0,6%. Esta proposta da CDU para o ano de 2004, baseava-se numa projecção de receitas credível uma vez que era feita pelas Finanças. Nesse mesmo ano a câmara obteve um acréscimo de €2.700.000 de receita, relativamente a igual período no ano anterior.

A proposta do eleito da CDU para 2005 baseia-se nesta mesma receita que a câmara afirma ter recebido e que demonstra que as propostas anteriores da CDU estavam correctas ao afirmar que uma taxa de 0,7% só iria sobrecarregar a factura dos municípios.

Apesar da receita ter aumentado em 2003 e 2004 a CMA vem de novo propor uma taxa de 0,7% para 2005, o que equivale à continuação dos sacrifícios para os municípios.

Tendo em conta o acima exposto propõe o eleito da CDU na assembleia municipal de Albufeira que: a assembleia municipal vote a aplicação da taxa do IMI de 0,6% e que seja mantida a taxa CIMI de 0,5, que será cobrada em 2006, relativamente ao ano que agora finda.

Albufeira, 21 de Novembro de 2005
O eleito da CDU na AMA.

Fernando Neves

Francisco Oliveira - Apresenta proposta (doc.8) - PROPOSTA C. -----

PROPOSTA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira, vem propor quanto ao ponto 6 do Ordem de Trabalhos da ^{Sessão da} Assembleia Municipal realizada em 21 de Novembro de 2005, o seguinte:

- Considerando que as avaliações ainda não encontram totalmente realizadas, sendo certo que o montante global de receitas será sem dúvida muito superior aos 25% de aumento já verificado face ao ano anterior.
- Considerando que o concelho de Albufeira, é um concelho marcado essencialmente por segunda habitação no âmbito da construção que tem vindo a ser aprofundada por este Câmara Municipal.
- Considerando que a segunda habitação paga o IMI na totalidade sem qualquer isenção.
- Considerando que as avaliações nos termos do CIMI estão muito próximas dos valores reais de mercado.
- Considerando que os factores de avaliação das zonas urbanas e do litoral do concelho são dos mais elevados do país.
- Considerando que os valores globais irão ter um aumento muito substancial das receitas.
- Considerando que os municípios deste concelho têm ~~sofrido~~ ^{sofrido} de aumentos consideráveis nas suas

taxas e impostos municipais.

Propomos:

Que a Assembleia Municipal de Albufeira delibere conforme o estabelecido nas alíneas b) e c) do nº1 ~~do artigo~~ do ARTº 112 do Código daquele imposto, que relativamente ao ano de 2005, sejam aprovadas as seguintes taxas:

- 0,6% para os prédios urbanos
- 0,6% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMU

Albufeira, 21 de Novembro de 2005

O Grupo Parlamentar do
Partido Socialista.

V. Amorim
[assinaturas]

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia coloca as propostas a votação, por alternativa. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA A - C.M.A. -----

Votos favoráveis: Quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Sílvia Rosa, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, José Vila Nova, Cristiano Cabrita, Ana Simões, Maria Perpétua Ramos, Helder Sousa e Joaquim Vieira. -----

PROPOSTA B - C.D.U. -----

Votos favoráveis: Um (1) - Fernando Neves. -----

PROPOSTA C - P.S. -----

Votos favoráveis: Dez (10) - Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Joaquim Sampaio e Francisco Guerreiro. -----

Aprovada a PROPOSTA A, apresentada pela Câmara Municipal - taxa de 0,7% para prédios Urbanos e 0,5% para Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI. -----

Vitor Neto - Queria aproveitar esta votação e como responsável de bancada do Partido Socialista, para além de cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, os colegas de Assembleia e também o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores; eu não pude estar presente na primeira reunião desta nova Assembleia. A nossa manifestação de voto nesta matéria, digamos, é a prova da postura que nós vamos ter nos trabalhos deste órgão. A Assembleia Municipal é um órgão de fiscalização e controlo dos actos da Câmara. Eu gostava que ficasse bastante claro, nesta Assembleia, que os membros do Partido Socialista não abdicarão, em nenhuma ocasião, desse direito, porque não se irão cingir à apreciação das matérias obrigatórias, como o Orçamento, as Opções do Plano, ou alterações de taxas, ou aplicações de novas taxas em regulamento, mas que irão pedindo à Câmara, regularmente, informações e pedidos de esclarecimento, sobre matérias concretas, de fundo relacionadas com a estratégia do concelho e sobre matérias específicas, nomeadamente no que diz respeito a despesas, investimentos, aliás, tudo o que tenha a haver com utilização de recursos públicos, porque no fundo, os fundos da Câmara são bens públicos e a Câmara terá de prestar contas sobre aquilo que fará, porque, digamos, é a única postura que garante eventuais reivindicações e mais recursos para a Câmara Municipal. Gostaria que ficasse claro que, nós, quando votamos contra uma proposta apresentada pelos eleitos para o executivo, nós votamos contra, fazemo-lo sempre interpretando os interesses do concelho. No caso concreto desta fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, nós achamos que a Câmara faz mal em não seguir a nossa opinião, porque não se justificam estes valores. Nós até ousaríamos a pedir valores ainda mais inferiores áqueles que propusemos. Pois pensamos que a Câmara faz mal, por isso vem penalizar os cidadãos e vem tirar competitividade ao nosso concelho e eu acho que os munícipes deste concelho deverão ser informados desta matéria. Eu gostava de sensibilizar o Sr. Presidente da Câmara e os colegas, para esta nossa postura, porque penso que esta dialéctica poderá resultar num mau relacionamento e penso que o concelho poderá ganhar com esta discussão deste tipo de relação. Gostava também de vos garantir que o único objectivo que nos guiará na nossa actuação, é a defesa dos interesses do concelho, dos interesses das freguesias, que têm de ser apoiadas no seu trabalho e pelos interesses dos cidadãos. Podem contar com toda a nossa lealdade, porque o que nos guia é a defesa dos interesses do nosso concelho. Obrigado. -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento das Piscinas Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º2 do

art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. ---

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: Zero (0) -----

Abstenções: Um (1) -----

Votos a favor: Vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Sílvia Rosa, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Ana Simões, Maria Perpétua Ramos, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, Joaquim Vieira, Joaquim Sampaio e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

Nada mais havendo a discutir o Presidente da Assembleia coloca a votação as minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade dos presentes. --

O Presidente da Assembleia passa a palavra aos munícipes. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não há intervenções por parte do público. -----

LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Não há correspondência. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 22 de Novembro de 2005 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____